

Bibliotecas universitárias de ciências sociais e humanas*

Academic libraries: social sciences and humanities

DIVA C. ANDRADE **

O reflexo da política de ciência & tecnologia e da Reforma Universitária no desenvolvimento das bibliotecas universitárias de ciências sociais e humanas. Estado atual das bibliotecas da área na USP. O relatório INFROSS e o apoio das bibliotecas universitárias à pesquisa.

Na literatura especializada, as bibliotecas universitárias têm merecido a atenção de um bom número de trabalhos e estudos. No entanto, se as considerarmos segundo as áreas de conhecimento a que servem, notamos que na área de ciências sociais e humanas tais estudos não são tão freqüentes quanto na de ciências exatas e tecnológicas. O presente estudo procura levantar alguns aspectos que afetam o desenvolvimento das bibliotecas de ciências sociais e humanas.

* Trabalho apresentado no 3º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Natal, RN, 1983.

** Bibliotecária-chefe da Biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais da USP.

A UNIVERSIDADE E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS

A universidade é um fator atuante de progresso e mudança social gerando, formando e divulgando novos conhecimentos. O professor Florestan Fernandes (1:243), discorrendo sobre a universidade brasileira, dimensionou a importância atribuída à universidade ao afirmar que «o mundo moderno seria bem diverso do que é, se as universidades não tivessem concorrido tão profundamente para a revolução científico-tecnológica de nossa era». E, ao analisar os objetivos da universidade, o professor Florestan menciona o educador Ricieri Frondizi que destaca quatro requisitos fundamentais a serem perseguidos pela universidade, nomeando-os de «missões». A primeira missão é a missão cultural, ou seja, a de promover a transmissão e conservação do saber; a segunda é a missão investigadora, que é a de pesquisar e produzir originalmente o saber; a terceira é a missão tecno-profissional: formar profissionais de nível superior em número e quantidade necessários à sociedade; e a quarta é a missão social, através da qual a universidade deve ter participação ativa no progresso sócio-cultural.

Essas quatro missões, formas específicas de organizar e difundir o conhecimento, não se cumprem aleatoriamente, mas sim mediante a experiência acumulada. Essa experiência se processa através da informação que, fundamentalmente, se encontra armazenada na biblioteca. Cabe portanto, à biblioteca universitária, prover e divulgar as informações adequadas que servirão de base para a realização das missões da universidade.

De que forma as nossas bibliotecas vêm servindo a esses objetivos é o que abordaremos a seguir.

Revedo o livro de Gelfand sobre as bibliotecas universitárias nos países em desenvolvimento (2:20), encontramos uma frase que nos chamou a atenção: «As

universidades serão o que forem as bibliotecas universitárias». Esse foi um dos itens aprovados no Seminário Regional sobre Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, em 1962. Passados vinte anos desse ponto de vista eminentemente bibliotecário, a realidade brasileira, e talvez a latino-americana, ainda tende a inverter a frase, sendo a biblioteca universitária um reflexo da universidade a que serve.

Parece-nos que duas questões fundamentais orientaram os destinos das universidades brasileiras e, conseqüentemente, de suas bibliotecas: a política de ciência e tecnologia posta em prática a partir da década de 50 e a Reforma Universitária de 1968.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A questão de ciência e tecnologia contrapondo-se às ciências sociais e humanas constitui uma tônica que remonta à própria formação histórica das universidades. Ela é conseqüência das linhas de pensamento científico que caracterizam a pesquisa como pura e/ou aplicada. Na prática universitária, conforme o maior ou menor reforço em pesquisa pura ou aplicada, teremos uma formação mais cultural ou mais profissionalizante. Quanto à dicotomia da formação cultural ou profissional, no Brasil, há um interessante artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, na Revista Ciência e Cultura (3:611). Analisando as funções da universidade e a sua extensão aos indivíduos de uma sociedade, a autora ressalta que as universidades brasileiras sempre tenderam a valorizar o caráter profissional em detrimento do cultural. Referindo-se ao aparecimento do ensino superior no Brasil, no século XIX, diz a autora que ele «foi determinado por necessidades específicas, que levaram à criação primeiramente das faculdades de medicina e de direito: a necessi-

dade de especialistas que cuidassem da vida individual e do Estado. Desta forma, foram propósitos utilitários que levaram ao aparecimento das faculdades e, mais tarde, das universidades no Brasil, e não uma valorização do conhecimento em sí, ou a preocupação com problemas relevando o saber». E mais adiante continua: «No Brasil as exigências de profissionalização decorreram da formação do Estado e agiram como motor de ascensão social, associadas ao desenvolvimento urbano que lhe foi paralelo. Isto não quer dizer que a formação cultural não alcançasse reconhecimento por parte da sociedade dos governantes, porém não com o mesmo vigor que a formação profissional».

A ciência, no Brasil, sempre se desenvolveu à sombra das universidades. Paralelamente à característica profissionalizante das universidades brasileiras, a ciência inicia no pós-guerra uma fase de institucionalização, como chamou Vanya Sant'Anna (4:79), cabendo ao Estado um papel decisivo na política de ciência e tecnologia.

As primeiras preocupações foram voltadas para a física avançada, pois o mundo estava ainda sob o impacto da Bomba Atômica. Cria-se em 1949 o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisa: este como agência nacional de apoio à ciência, mas procurando principalmente canalizar, de maneira mais institucionalizada, os fundos necessários aos programas de física nuclear, passando depois a incentivar outras áreas das ciências naturais. (Conforme Schwartzman, 5:285).

Esse início é significativo, pois embora os planos governamentais daí em diante objetivassem o auxílio à pesquisa em ciência e tecnologia em geral, prioridades a determinados setores científicos sempre se fizeram sentir, dissociadas dos setores sociais que deveriam orientar as diretrizes do avanço da ciência. (Segundo

Sant'Anna). Ainda é Schwartzman (5:3) quem afirma: «As ciências sociais, embora não deixem de ser «científicas», constituem, no entanto, uma realidade bem distinta, tanto na forma de produção intelectual quanto ao fato de que elas nunca encontraram, no Brasil, uma institucionalização semelhante a das ciências naturais, com algumas poucas exceções.»

Mesmo a criação da SBPC, em 1948, para promover a comunicação entre cientistas brasileiros, considera apenas as Ciências Exatas, Ciências da Matéria e Ciências da Vida. A participação das Ciências do Homem só vai ter espaço a partir da década de 70, como um canal de viabilização dos protestos gerados pelas condições políticas vigentes.

No plano da política de informação, o panorama não difere muito, pois é «parte integrante da política científica e tecnológica do governo. Tem que obedecer, por conseguinte, às prioridades e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes de planejamento econômico e científico.» Essa afirmação é do Ministro João Frank da Costa, em 1973, citado por Judith Schleyer e M. Yeda F. Gomes (6), em trabalho sobre transferência da informação. Nesse estudo, as autoras reforçam o caráter pragmático da política de ciência e tecnologia, evidenciando que o mesmo ocorre com a política de informação, cuja tendência sempre foi a de maior concentração nas áreas de tecnologia e ciências puras, sem um posicionamento sócio-cultural adequado à nossa realidade.

As autoras alertam ainda para a criação do primeiro curso de pós-graduação em Ciências da Informação, criado pelo IBBD em 1970, em que a maioria dos trabalhos realizados, após dez anos de curso, versavam sobre informação nas áreas de ciência e tecnologia. Nós acrescentaríamos que, numa visão geral da literatura brasileira, não só na área de ciência da informação, mas

também em biblioteconomia e documentação, ainda rareiam estudos sobre informação no campo de ciências sociais e humanas.

Não nos cabe aqui discutir a política de ciência e tecnologia no Brasil ou as implicações ideológicas advindas de uma falta de posicionamento crítico capaz de questionar o sistema social, político, econômico e cultural em que vivemos. Preferimos ressaltar a repercussão dessa política nas bibliotecas universitárias. Estas, organizações dependentes das universidades, sofreram como consequência direta da política de ciência e tecnologia um desenvolvimento acentuado nas áreas em questão, apoiadas por redes de informações, centros de documentação, serviços especializados e toda uma infra-estrutura condizente com o progresso dessas ciências, como EMBRAPA, BIREME, BICENGE, etc. É bastante elucidativo o «Quadro Informativo dos Principais Serviços de Informação/Documentação em Ciência e Tecnologia no Brasil», distribuído pelo IBICT (7). São citadas 83 entidades mantenedoras de serviços de informação, das quais apenas 2, CEPEDOC da FGV/RJ e IUPERJ, na área de ciências sociais, 4 em economia e 5 em educação e cultura. Isto é, um total de 11 instituições em ciências humanas em oposição a 72 em ciência e tecnologia.

REFORMA UNIVERSITÁRIA E PESQUISA

Outro fator que contribuiu para a diferenciação das bibliotecas nas áreas de ciências sociais e humanas foi a Reforma Universitária, recriando a política educacional superior, já bastante comentada nos estudos sobre bibliotecas universitárias. A Reforma Universitária, como aglutinadora de institutos dispersos, orientando para a não duplicação de meios para fins idênticos, ampliando os cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, a popu-

lação estudantil, concorreu para a reformulação das bibliotecas já existentes ou a criação de novas. No entanto, essa prática encontrou campo mais fértil nas bibliotecas que serviam aos interesses do momento, deparando-se com obstáculos até hoje quase intransponíveis nas áreas de ciências sociais e humanas.

Um dos obstáculos é, sem dúvida, a existência de bibliotecas departamentais, oriundas das antigas cátedras. Talvez por sua formação de bibliotecas especializadas, para o uso restrito de uma elite de professores e alunos, os livros selecionados passaram a constituir quase que um objeto de uso pessoal. A situação de conservadorismo permanece em muitos setores, e casos típicos são os das Faculdades de Filosofia e de Direito da USP. Nesta última, há 11 bibliotecas departamentais num mesmo prédio; na Filosofia, entre outras, há uma biblioteca com 10.000 volumes ao lado de outra com 150.000 volumes, divididas apenas por estantes e versando sobre o mesmo assunto, com absoluta duplicação de serviços. Ambas com sérios problemas de funcionamento.

Um texto de Florestan Fernandes, de 1968 (1:257), continua atualíssimo no que se refere às condições das bibliotecas da USP:

«A USP nunca existiu como universidade integrada. Por isso, não temos uma biblioteca central da USP, com prédio, instalações e pessoal adequados ao funcionamento normal e ao crescimento futuro. Cada escola tem a sua biblioteca central, algumas aliás bem organizadas e instaladas; cada cadeira ou departamento conta também com a sua biblioteca. Uma confusão insuperável. Os professores querem ficar perto dos livros. **Ficam atemorizados com a perspectiva de que uma racionalização desse serviço acarrete uma atroz separação...** (grifo nosso). Nas

melhores universidades que visitei, frequentei bibliotecas enormes e também tirei livros para consultas. Tudo muito fácil e simples. O professor, com frequência, nem precisa ir lá. Vai por ele uma secretária ou um estudante. Eu saía para almoçar e, ao voltar, encontrava vinte ou trinta livros sobre minha mesa de trabalho. Por que esse provincianismo grotesco e esse personalismo estreito, que obrigam a sugerir medidas contraproducentes sob argumentos falsos, como por exemplo que seria conveniente para os estudantes encontrar os livros no próprio departamento? O estudante quer outra coisa: acesso fácil aos livros; abundância de cópias para leitura rápida; ausência de dificuldades para obter um lugar nas salas de leitura ou para tirar o livro; conforto e segurança quanto aos horários, às condições de acomodação, ao acesso aos fichários ou às coleções etc. Manter a presente situação, sob pretexto tão frágil é pueril; mas sentir a necessidade de mudar as coisas só até certo ponto não deixa de ser uma demonstração típica de resistência intencional à racionalização dos serviços da USP aos níveis em que ela é mais necessária. O que significa, em duplicação de gastos com instalações, pessoal, conservação de livros, etc., e em ineficácia (em termos de biblioteconomia) a manutenção da situação atual das bibliotecas nem precisa ser discutido. Em regra, as coleções dos departamentos possuem caráter muito especial. Nascem das próprias bibliotecas dos professores, que se transformam em doações e dão origem a coleções selecionadas e clássicas, ou fazem parte da rotina de trabalho docente e de pesquisa, variando de ano para ano (como livros de consulta, retirados provisoriamente das bibliotecas centrais). Portanto, conviria que a questão da biblio-

teca fosse examinada também com vista a várias modalidades de «reestruturação» que têm sido pleiteadas por muitas e várias vezes, mas que nunca foram atendidas».

Não se trata de discutir aqui a centralização ou descentralização das bibliotecas universitárias, mas de uma organização mais racional e coerente, já preconizada pela Reforma Universitária.

A Reforma Universitária acentuou também o ritmo de pesquisas na universidade, com as exigências de pós-graduação como parte do sistema de educação.

A superposição das políticas de ciência e tecnologia e educação é fator determinante para o encaminhamento das linhas de pesquisa das universidades. Estes são responsáveis por grande parte das pesquisas científicas do país. Numa análise da produção científica do Brasil, com dados de 1974, Morel & Morel (8) apresentam a região Sudeste como área de concentração, detendo 80,8% do total. São Paulo responde pela metade da produção nacional com 50,4% e a USP aparece como a instituição de maior produtividade científica do país, responsável por cerca de 1/4 da produção, isto é, 24,1%.

Em relação à área de ciências sociais e humanas, dados mais recentes, de 1982, revelam que a maioria das pesquisas são realizadas nas universidades e principalmente nas universidades governamentais. Estes dados, restritos a um único evento, a 34ª Reunião Anual da SBPC realizada em Campinas em 1982, não devem ser extrapolados para a produção global de trabalhos em ciências sociais e humanas no Brasil, mas servem de indicadores, devido à importância de que se revestem as reuniões da SBPC.

Analisando os dados apresentados pela Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP, sobre a caracterização das comunicações em ciências do Homem, na SBPC de 1982, (9) é significativo observar que de 2.896 comunicações apresentadas, apenas 357 (12%) são relativas à área de humanas e sociais, o que confirma o desvio de interesses para a ciência e tecnologia. Em seguida, chama a atenção o fato de que 297 comunicações tiveram sua origem em universidades, sendo 215 em universidades públicas. Quanto à distribuição geográfica da origem dos trabalhos, pelo menos no que se refere às ciências sociais e humanas, essa pesquisa confirma os dados de Morel & Morel em 1974: a concentração continua sendo na região Sudeste, e a USP, UNICAMP e UNESP detentoras de maior volume de comunicações, 103, sendo a USP majoritária com 46 pesquisas.

Sendo o volume de comunicações concentrado no Estado de São Paulo e nas universidades públicas, as expectativas seriam de que pelo menos essas universidades contassem com uma infra-estrutura informacional mais adequada à realização desse expressivo número de pesquisas. Uma análise das condições das bibliotecas dessas universidades, no entanto, não demonstra isso, o que nos leva a inferir que fora do eixo Rio/São Paulo, com raras exceções, a situação não tende a se alterar de maneira expressiva ou se altera para um nível de qualidade inferior.

Fundamentando alguns desses pontos com dados levantados pelo SIBI — Sistema de Bibliotecas da USP (10), observamos que as bibliotecas da área de humanas na USP apresentam situações tais como: das 15 bibliotecas da área, apenas 8 têm uma definição administrativa, enquadrando-se como Seções (nenhuma como Diretoria de Serviço ou Divisão). As 7 restantes não apresentam

nenhuma característica administrativa. São geralmente bibliotecas departamentais. O número de funcionários é excessivamente reduzido: 1 a 3 bibliotecários, na maioria dos casos, e auxiliares de biblioteca são apenas 5. No entanto, o acervo ultrapassa 700.000 volumes, sendo que 300.000 estão sem processamento. Na maioria das bibliotecas não há planejamento orçamentário, e as verbas são geralmente alocadas apenas para a compra de material bibliográfico. Quanto ao espaço que ocupam, a não ser por duas exceções (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Economia e Administração) é impróprio e não específico para o seu funcionamento. A falta de equipamentos básicos é freqüente, muitas não contam com serviços de reprografia, telefone ou desdobramento de fichas catalográficas. Os serviços ao usuário são deficientes: nenhuma mantém um serviço personalizado de informação e apenas 5 possuem algum serviço de Disseminação Seletiva da Informação. Apenas uma faz treinamento formal do usuário.

Evidentemente, o fator orçamentário é o determinante do maior ou menor sucesso das bibliotecas universitárias. No levantamento de padrões para bibliotecas, feito por Maria Carmen Romcy de Carvalho (11:54) ela assinala: «Como as prioridades governamentais têm se fixado nas áreas de Ciências Exatas e Tecnologia, são as bibliotecas setoriais destas áreas as que se apresentam mais bem equipadas nas universidades. Há de se notar também o empenho pessoal de coordenadores de cursos de pós-graduação nas áreas de ciências aplicadas, dispostos a conseguirem recursos para a atualização de suas bibliotecas, em contraposição aos cursos das áreas sociais e humanas, onde o livro texto e a apostila, infelizmente, ainda são os suportes mais utilizados».

O empenho em se buscar recursos fora da universidade é, sem dúvida, um fator de grande peso, pois é sabido que as bibliotecas normalmente não constituem unidades orçamentárias nas universidades e que os recursos a elas destinados, além de se restringirem à compra de material bibliográfico, estão muito aquém dos 5% preconizados pela UNESCO. Até bem pouco tempo, era voz corrente que as financiadoras de projetos não subsidiavam pesquisas na área de humanas e, por conseguinte, não se pedia, ou se pedia pouco. Não temos dados concretos sobre a veracidade dessa afirmativa. Basta uma rápida consulta aos relatórios da CAPES ou do CNPq, só para citarmos as entidades mais diretamente ligadas ao ensino superior, para observarmos a desigualdade dos investimentos. No trabalho já citado de Maria Isaura Pereira de Queiroz (9), das 357 pesquisas na área de humanas apresentadas à SBPC em 82, somente 100 foram financiadas e apenas 2 por universidades, a Universidade Estadual de Londrina.

Outro importante resultado da pesquisa realizada por Ma. Carmem Romcy de Carvalho diz respeito à alocação de maiores recursos para a aquisição de livros na área de humanas. Acreditamos que esse é um dos fatores que merecem estudos mais aprofundados. Realmente, a área de humanas utiliza mais livros do que periódicos, (ex. a FEA USP estimou em 1/3 o uso de periódicos em relação aos livros); utiliza mais fontes primárias do que secundárias (a localização de citações em livros é maior do que em índices e **abstracts**); o catálogo de assuntos é a mais importante fonte de referências, por organizar a reunião de vários materiais sob os mesmos temas e conciliar a interdisciplinaridade da área; o uso de teses é considerável; a individualidade da pesquisa se sobrepõe ao trabalho de equipe; os serviços de informação personalizada são mais valorizados do que a comutação

hemerográfica; o ritmo de obsolescência dos acervos é mais lento do que nas áreas de ciências e tecnologia; o acervo aberto é imprescindível para o **browsing**.

Essas características pertinentes aos usuários de ciências humanas devem ser repensadas, e em parte esse trabalho foi realizado pelo relatório INFROSS, do qual daremos breve notícia.

O RELATÓRIO INFROSS

A área de ciências sociais e humanas, pelo próprio objeto e método de suas ciências, tem canais de informação diversos dos das ciências e tecnologia. É necessário haver um cuidado maior na transferência de métodos das ciências da informação das áreas científicas para as sociais e humanas. O melhor estudo de necessidades dos usuários em ciências sociais foi o realizado pela Universidade de Bath na Inglaterra, entre 1967-70, o INFROSS — Investigation into Information Requirements of the Social Science, (12) (13) (14). O INFROSS partiu da premissa de que as necessidades de informação dos cientistas sociais contavam com pequeno número de estudos em relação aos de outras ciências. Portanto, essa área quase virgem mereceu uma ampla pesquisa, tendo sido enviados questionários a cientistas sociais de toda Inglaterra, nas áreas de antropologia, educação, psicologia, economia, ciência política e sociologia.

Foram pesquisadas, entre outras, formas de conduta do pesquisador em ciências sociais, tipos de material mais utilizado para informação, uso da biblioteca, uso de catálogos e bibliografias, empréstimo de material, idade dos livros, uso de canais informais, delegação de pesquisas e problemas especiais de informação. Muitos dos resultados dessa pesquisa assemelham-se ao que observamos no Brasil; outros mereceriam ser testados,

pois a realidade do pesquisador inglês é bem diversa da nossa. Lá, existem bibliotecas excelentes em acervos e serviços, a tradição de pesquisa é fundamentada em séculos de experiência, o envolvimento com a sociedade é outro. Outros pontos não levantados pelo INFROSS talvez mereçam consideração em relação ao pesquisador brasileiro.

COMENTÁRIOS FINAIS

Se o nosso cientista social não tem bibliotecas eficientes, nem poder aquisitivo que permita a compra regular de livros e assinaturas de revistas, como se informa?

Em conversa com vários professores da área de ciências sociais em São Paulo, estes confessaram, muitas vezes constrangidos, que a atualização mais freqüente é feita no exterior, quando da concessão de bolsas, participação em congressos e cursos, ou por iniciativa própria. Passam horas diárias enfiados em bibliotecas estrangeiras. No Departamento de Filosofia da FFLCH/USP, por exemplo, **todos** os professores fizeram seus estudos pós-graduados na França, mantendo permanente contato com os progressos lá realizados. Do exterior trazem material para ser duplicado para os alunos (as famosas «apostilas»), enquanto esperam que as bibliotecas de suas universidades adquiram bibliografia recente. Quanto à possibilidade de aquisição, a demora nunca é inferior a um ou dois anos entre a compra e o processamento. A conclusão dos cientistas de humanidades abordados é de que a sua formação é muito mais lenta do que a de um colega engenheiro ou físico, atribuindo isso em grande parte, às dificuldades encontradas para as pesquisas bibliográficas.

CONCLUSÃO

Entre os aspectos abordados, um, o da política de ciência e tecnologia, foge à alçada direta dos bibliotecários. No entanto, mereceria maior atenção dos órgãos de financiamento e controle da informação. Por exemplo, entre seis números do «Informativo IBICT» pesquisados entre 1981 e 1982, encontramos apenas três referências passageiras sobre a área de sociais e humanas: duas citações de convênio com a PUC/SP e FGV/RJ e uma tese sobre literatura periódica de história.

O relatório INFROSS acusou que todo cientista social reconhece na biblioteca universitária a peça fundamental para a realização de suas pesquisas. Esse relatório é um bom ponto de partida para a reflexão sobre em que medida ocorre o apoio dado pelas bibliotecas e qual a melhor maneira de se chegar a ele.

Quanto aos ideais da Reforma Universitária, que em relação à infra-estrutura da pesquisa ainda permanecem aquém das necessidades, urge formular uma política de bibliotecas universitárias, inexistente quer a nível de USP, quer a nível nacional. A biblioteca universitária tem um caráter eminentemente didático, que deve ser considerado em conjunto com outras medidas educacionais. As bibliotecas universitárias devem ter uma existências de direito e não apenas de fato, como ocorre. Devem participar dos orçamentos das unidades universitárias e não apenas para aquisição de material bibliográfico, mas também para o seu processamento. Devem ter uma definição administrativa condizente com as atividades docentes e discentes, bem como participar efetivamente dos objetivos acadêmicos.

Finalizando, ressaltamos a importância da biblioteca universitária como suporte à pesquisa, lembrando que o bom ou mau desempenho de uma biblioteca compromete o próprio desenvolvimento das ciências.

The reflects of the science & technology policy and the University Reform in the development of human and social sciences university libraries. Present situation of the area libraries in Universidade de São Paulo. The INFROSS report and the university libraries support to research.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. FERNANDES, Florestan — **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 257 p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série Sociologia, 3).
2. GELFAND, M. A. — **Las bibliotecas universitarias de los paises en vias de desarrollo.** Paris, Unesco, 1968. 177 p. (Manuales de la Unesco para las bibliotecas, 14).
3. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — **A universidade em face das expectativas sociais.** *Ciência e Cultura*, 34 (5): 610-16, maio, 1982.
4. SANT'ANNA, Vanya M. — **Ciência e sociedade no Brasil.** São Paulo, Símbolo, 1978. 148 p. (Col. Ensaio e Memória, 8).
5. SCHWARTZMAN, Simon — **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo, Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1979. 481 p. (Biblioteca Universitária. 8. Estudos em Ciência e Tecnologia, 2).
6. SCHLEYER, Judith e GOMES, M. Yeda F. — **Transferência da informação e democracia.** Trab. apresentado no Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação, 1. Salvador, Bahia, 1980.
7. GARCIA, Maria Lúcia Andrade. — **A informação científica e tecnológica no Brasil.** Separata da Revista *Ciência da Informação*. S.n.t.

- 8 MOREL, Regina Lúcia e Moraes e MOREL, Carlos Médicis — Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do Institute for Scientific Information (ISI). **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, **6** (2): 99-109, 1977.
9. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. — SBPC, 1982: caracterização das comunicações de pesquisa nas áreas do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, **35** (4): 451-73, abr. 1983.
- 10 SOUZA, Maria Cristina da Silva. — **Relatório da situação atual das bibliotecas da USP da área de Ciências Humanas**. São Paulo, SIBI/USP, 1982. Mimeograf.
11. CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. — **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza, Ed. UFC; Brasília, ADBF, 1981. (Col. Biblioteconomia, 1).
12. LINE, Maurice B. — The information uses and needs of social scientists: an overview of INFROSS. **ASLIB PROCEEDINGS**, **23** (8): 412-34, aug. 1971.
13. SCHLEYER, Judith — O ciclo da comunicação e informação nas Ciências Sociais. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, **9** (2): 225-43, set. 1980.
14. SKELTON, Barbara — Scientists and social scientists as information users: a comparison of results of science users studies with the investigation into information requirements of the social sciences. **J. Librarianship**, **5** (2): 138-56, apr. 1973.